



ALUNO SURDO: AQUISIÇÃO E IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NOS ANOS INICIAIS

Delzuita Alves Sousa dos Santos

Categoria: Comunicação oral

Eixo temático: Práticas Pedagógicas com alunos público-alvo da Educação Especial

Resumo: Este artigo tem como finalidade levantar discussões sobre a importância da aquisição do bilinguismo como meio de interação social da criança surda, enfatizando que essa aquisição tem maior rendimento nos anos iniciais da criança, fazendo um paralelo histórico com relação aos avanços da educação bilíngue. O trabalho será uma pesquisa bibliográfica com autores preocupados com o desenvolvimento do surdo e sua convivência entre os ouvintes com Quadros e Schmied, Campello entre outros. Foi concluído que quanto mais cedo à criança tiver contato com as duas línguas mais facilmente ela será absorvida, enfatizando que a educação bilíngue teve muitos avanços no decorrer da história, mas que ainda existe um longo caminho a percorrer. Ressaltando ainda que devem haver mais políticas pública para que possamos alcançar uma escola inclusiva em que o aluno possa se sentir como parte da comunidade escolar e não apenas mais um a ser inserido ao sistema educacional.

Palavras Chave: Bilinguismo, aquisição, anos iniciais.

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar sua vida escolar o aluno ouvinte traz consigo uma gama de conhecimento atrelado a um vasto vocabulário verbal que é utilizado como base para iniciar sua vida escolar, em contrapartida os alunos surdos traz consigo apenas sinais domésticos que são usados para diálogo familiar ou pessoas que tentam se comunicar com eles. Os alunos que fazem uso dos sinais domésticos desde cedo tem mais dificuldades de deixá-los para traz dificultando a aquisição da língua de sinais. Ao ingressar na escola o surdo tem contato com novas experiências onde deve interagir com um público bem diversificado do grupo familiar a que ele pertence principalmente no que diz respeito à maneira de se comunicar já que a comunidade escolar, principalmente os colegas de turma não conhecem os sinais domésticos que esses alunos não conhecedores da língua de sinais trazem



consigo e nem tão pouco a língua oficial da comunidade surda dificultando a comunicação e aceitação entre eles.

Quando a escola se depara com o aluno surdo, inicia uma nova etapa para ele e seus colegas de classes ou mesmo toda a escola, onde muitas vezes todos os envolvidos são leigos no que se referem a Libras, acarretando grandes dificuldades, pois a inclusão está sendo introduzida no currículo escolar da instituição pela primeira vez.

Inicialmente o professor deve iniciar a formação desse aluno de forma a introduzir as duas línguas em questão sem distinção de importância, tornando possível a coexistência dessas línguas, reconhecendo-as de fato, atentando-se para as diferentes funções que elas se apresentam na vida do aluno. (QUADROS E SCHMIEDT, 2006, p. 13)

Deve ter em mente que os discentes surdos dependendo da ocasião tanto a libras quanto a língua portuguesa tem sua igual importância, já que os mesmos iram se apropriar de conhecimentos contidos em livros, jornais, revistas enfim materiais que não terão versões em libras.

O trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica feita em vista que diversos autores já discutem o bilinguismo de alunos surdos no Brasil, discussões essas que objetiva esclarecer dúvidas que secam o tema em questão, apontando meios que possibilite uma inclusão como garante a lei N° 13.146, de 06 de julho de 2015.

O presente trabalho tem como objetivo levantar discussões sobre a importância da aquisição do bilinguismo como meio de interação social da criança surda, enfatizando que essa aquisição tem maior apropriação nos anos iniciais da criança, pois a mesma teve pouco contato com os sinais domésticos e por fim fazer um paralelo com o trajeto histórico no que tange os avanços com relação à educação bilíngue no Brasil.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

A trajetória da educação dos Surdos passou por grandes obstáculos no decorrer da história da humanidade, as sociedades de modo geral os excluíam por não os aceitarem como membros da sociedade. Segundo Campello, 2009, p. 11:

Nos seus livros Platão e Aristóteles, ao tratarem do planejamento das cidades gregas, recomendavam que as pessoas nascidas “disformes” deveriam ser eliminadas. A eliminação se daria pela exposição ao sol, abandono ou, ainda, atirados do alto da montanha chamada de *Taygetos*, na Grécia. (grifo da autora)

A autora nos permite imaginar como eram tratadas as pessoas nascidas com alguma deficiência e esse pensamento se propagou por muito tempo, passando por grande estudioso como Platão e Aristóteles ou mesmo os próprios familiares.

A educação dos surdos iniciou-se nas igrejas onde padre, frades e abades começaram suas pesquisas, criando métodos que mais tarde seriam usados na educação do sujeito surdo como forma de interação. Os primeiros alfabetos manuais foram criados por integrantes da igreja e os mesmos pertenciam à igreja.

Com o início da Idade Moderna, vários monges instruíram os Surdos a lerem e escreverem (CAMPELLO, 2001, p. 13). Com essa fase veio o Renascimento, movimento literário que trouxe elucidação a cerca da vida, nascendo um sentimento de humanidade e com isso a negatividade do surdo foi suprimida naquele momento.

No século XVIII as comunidades surdas estavam em números maiores e mais organizadas principalmente na França, que segundo (ALPENDRE E AZEVEDO; 2008, p. 02)

[...] foi quando a primeira escola pública para surdos foi fundada em Paris, pelo Abade Charles Michel de L’Epée, e quando se configura propriamente o debate sobre educação dos surdos. L’Epée se aproximou dos surdos que perambulavam pelas ruas de Paris, aprendeu com eles a língua de sinais e criou os “Sinais Metódicos”, uma combinação da língua de sinais com a gramática sinalizada francesa.

Ainda no século XVIII houve o famoso Congresso de Milão em 1880, tal evento é considerado pela comunidade surda como o “Holocausto”, pois proibiam os

professores Surdos de instruir os alunos Surdos e também vetaram o uso da língua de sinais nas escolas, conseqüentemente fechando as instituições onde os mesmos estudavam por tempo integral.

Nessa ocasião quase houve a extinção dos professores Surdos, restando poucos no mundo (CAMPELLO, 2009, p. 17), com isso o retrocesso foi inevitável, com relação às escolas, e a instrução do aluno. Contrariando o Congresso de Milão a língua de sinais mesmo as escondidas nos bastidores continuou sua propagação, surgindo diversos institutos mundo a fora.

A educação para surdo no Brasil teve seu início em 1855 com o atual Instituto Nacional de Educação, no Rio de Janeiro que foi visto com louvor para os povos da época. Atualmente no Brasil com o processo de inclusão, as escolas vêm se adaptando para receber esses alunos que tem seus direitos garantidos por lei, de terem acesso a sua língua materna, Libras e a Língua Portuguesa como segunda língua. Segundo Felipe, pg. 09, 2007

A Língua Brasileira de Sinais - Libras é uma das línguas faladas no Brasil e já obteve o reconhecimento oficial do governo brasileiro pela Lei 10.436/2002. O parágrafo 2º do artigo 12 da Resolução do CNE/CEB nº 2/200, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, definiu que ao aluno surdo deva ser assegurado o acesso aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa. Dito de outra forma, o aluno surdo passou a ter direito a mais um componente curricular: a Língua Brasileira de Sinais. Felipe, pg. 09, 2007

Vale ressaltar, que a lei 9 394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - reserva um capítulo exclusivo para educação especial, isto parece bem relevante para uma área pouco contemplada historicamente nas políticas públicas brasileiras. O destaque reafirma o direito à Educação, pública e gratuita, das pessoas com deficiência.

Um fato relevante, é que a partir desta lei os municípios brasileiros receberam a responsabilidade da universalização do ensino, referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental. Assim, o município passou a responsabilizar-se pelas

decisões e ações políticas para implementação da educação inclusiva no âmbito da educação Infantil e Ensino Fundamental.

Embora a lei apresente avanços, as escolas brasileiras ainda têm muitas dificuldades de implementar o bilinguismo nas escolas devido a falta de estrutura, formação de professores, adaptação de materiais, enfim são inúmeros os desafios que a educação pública enfrenta e enfrentará para se ofertar uma inclusão que possa garantir aos alunos Surdos a aquisição das libras e da língua portuguesa.

No Brasil não existe uma linearidade no que tange o ensino bilíngue já que em alguns estados ensinam a libras como língua de instrução e o português como segunda língua em qualquer série. Enquanto outros o ensino de libras como primeira língua em sala de aula comum acontece apenas nos anos iniciais, deixando a cargo da sala de recurso os próximos anos de estudo, esses alunos têm apenas o interprete na sala comum.

Existem estados que o interprete está desde o início da escolarização do aluno surdo. (QUADROS E SCHMIEDT. 2006, p.19). Com isso, principalmente nos anos iniciais o interprete acaba assumindo o papel do professor titular desses alunos.

Diferentemente de outros estados em que os professores desconhecem o ensino da libras, não existem salas de recursos, nem tampouco o interprete para garantir os direitos de comunicação e interação desse aluno.

Esses são uns dos desafios que a educação pública brasileira tem para enfrentar, que é garantir a todos os alunos surdos o ensino da libras como língua materna e a língua portuguesa como segunda língua, como forma de inserir esse discente dando condições de participar ativamente na sociedade.

3. AQUISIÇÃO DAS LÍNGUAS NOS ANOS INICIAIS

O bilinguismo facilita a interação da pessoa surdez com o meio social, dando-lhe condições sociais de igualdade para com os demais, já que dispõe de

alternativas de comunicação onde o indivíduo possa estar escolhendo o uso das línguas de acordo com a necessidade do grupo.

(...) a *abordagem educacional por meio do bilingüismo* visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, quais sejam: a Língua de Sinais e a língua da comunidade ouvinte. As experiências escolares, de acordo com essa abordagem, no Brasil, são muito recentes e as propostas pedagógicas nessa linha ainda não estão sistematizadas. Acrescenta-se a essa situação, a existência de trabalhos equivocados, ou seja, baseados em princípios da comunicação total, mas que são divulgados como trabalhos baseados na abordagem por meio do bilingüismo. (MEC/AEE-PS, 2007 p. 20).

As crianças ouvintes têm o privilégio de entrar em contato com sua língua materna desde os primeiros anos de vida, na família, na comunidade de forma que ela possa ter acesso à comunicação de maneira mais fácil, pois todos em sua volta são ouvintes e na maioria comungam da mesma língua.

Enquanto isso a criança surda, as que nascem em famílias ouvintes tem maior dificuldade de ter contato com sua língua materna, muitas dessas crianças só entram em contato com a língua de sinais na escola e de forma precária, devido à falta de estrutura e a pouca formação de professores na área da inclusão. Em contrapartida. (PEREIRA E VIEIRA 2009, p. 64) afirma que:

As crianças surdas que têm pais surdos, usuários da língua de sinais, aprendem geralmente a língua de sinais na interação com os pais de forma semelhante e na mesma época em que as crianças ouvintes adquirem a língua majoritária. Além da língua de sinais, as crianças surdas de pais surdos adquirem com a família aspectos da cultura surda e se identificam com a comunidade de surdos.

Quadros e Schmiedt, 2006, p. 19 e 20, reforçam que algumas crianças surdas têm o privilégio de nascerem em família onde os pais também são surdos tendo condições iguais ao acesso que a criança ouvinte tem a uma língua oral-auditiva. Essas terão a chance de se apoderar da sua língua materna já no início da vida e quando adentrar a escola terá mais facilidade de comunicação e de aprender a língua portuguesa como segunda língua. Enfatizando que também há famílias de filhos e pais surdos que não conhecem a língua sendo ainda mais difícil o acesso e

apropriação das línguas, pois na sua maioria essas famílias podem até está longe do contexto escolar.

As crianças quem tem acesso a libras desde pequena gozam e desfrutam do mundo da linguagem, na fase de dois anos elas começam a manifestar os primeiros sinais com o intuito de se comunicar, usando um pequeno numero de configuração de mãos. Quadros e Schmiedt, 2006, p. 20 diz que configurações de mãos formam um conjunto de unidades fonológicas mínimas das línguas de sinais.

Nessa etapa começam o inicio das famosas interrogações e os surdos começam a fazer uso dos gestos, das expressões faciais. Essas expressões os acompanharão sempre mesmo quando dominar sua língua materna, pois elas fazem parte das características dessa língua.

Nas etapas seguintes aumentaram a complexidade das configurações de mão, relaciona as expressões faciais de acordo com o sinal adequado. Quadros e Schmied (2006) afirmam que: as expressões são usadas de acordo com a estrutura, isto é, as produções não manuais.

Como já mencionado, poucas crianças têm contato com a língua de sinais desde os primeiros anos de vida, na sua maioria apenas quando inicia sua vida escolar, e a escola torna-se um espaço fundamental no que tange a aquisição lingüística desses discentes.

Na escola esses alunos irão se deparar com duas realidades, por um lado a libras e do outro a língua portuguesa, sendo que as duas deverão ser absolvidas por ele. Essa absorção ocorrerá de forma separada, o mais adequado é que o discente aprenda primeiro a língua materna (libras) depois o português como segunda língua.

Quando essa criança chega à escola muitas vezes não há estrutura para a sua inclusão, principalmente pela falta de profissionais capacitados, nesse caso o

professor titular dificilmente domina a libras, sendo necessário o auxílio de um intérprete que segundo Campello, 2009, p. 33.

[...] os Intérprete de Língua Brasileira de Sinais são como uma “caixa preta” que só repassam as informações de emissor e do receptor de forma mecânica e não há afeto e contato lingüístico entre aluno e o intérprete de língua de sinais.

Muitas vezes esses intérpretes não são os professores da sala multifuncional em que esse aluno frequenta, dificultando a troca de experiências entre eles. Por isso o essencial é que esse intérprete seja o mesmo docente que o atenda na sala multifuncional estreitando os laços entre eles de forma positiva para o aprendizado do aluno.

Os alunos devem iniciar seu aprendizado bilíngue quando o mesmo já tiver certo conhecimento da libras devido à língua portuguesa ser sua segunda língua adquirida. A aquisição da língua portuguesa pelos alunos surdos acontece de forma diferente dos ouvintes, o professor terá que desenvolver metodologias diferenciadas para aqueles alunos, é importante que todos os alunos participem das aulas para que todos se apropriem das mesmas línguas facilitando a troca informações entre eles.

O bilinguismo tem fundamental importância na vida escolar dos surdos já que a libras e a língua portuguesa serão apresentadas para ele nos espaços sociais e na maioria das situações escolares durante toda sua vida, sendo necessário que as crianças surdas tenham contado com o português escrito da mesma forma que os alunos ouvintes.

O professor deve apresentar estratégias metodológicas que abranja as duas línguas, ou seja, quando o for apresentado à língua portuguesa, a mesma deve vir acompanhada da língua de sinais para que os alunos fação uma ponte entre elas. Segundo (QUADROS E SCHMIED 2006, p. 24):

[...] A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do português. A ideia não é

simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados.

Dessa forma a libras dar suporte na aquisição da língua portuguesa e conseqüentemente os alunos surdos e os ouvintes poderão participar ativamente das aulas tendo acesso ao bilinguismo juntos facilitando a comunicação entre os membros da escola e que todos possam interagir e aceitarem a língua do próximo, pois quando um aluno aprende a língua do outro ao mesmo tempo eles se aceitam de maneira que possam contribuir com a autoafirmação e aceitação dos alunos surdos.

A partir do momento que os alunos surdos adquirem as duas línguas eles têm autonomia de prosseguirem seu processo educacional de forma mais igualitária com relação aos alunos ouvintes elevando sua autoconfiança dentro e fora da comunidade surda.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado um pouco do contexto histórico dos movimentos dos surdos no decorrer da história e que esses movimentos ajudaram para que hoje possamos ter direito a inclusão dos surdos no ambiente escolar e se apossar das línguas da qual se tem direito.

Com relação ao ingresso dos alunos surdos nas escolas bilíngue ou do contato formal com a mesma fora dos muros escolares os autores que discutem esse assunto afirmam que quanto mais cedo à criança tiver contato com as duas línguas mais facilmente ela será absorvida. A aquisição do bilinguismo desde os primeiros anos facilita a inclusão de forma positiva, principalmente com relação à interação com os alunos ouvintes, facilitando a aceitabilidades entre os mesmos.

Contudo, as escolas têm enfrentado grandes dificuldades na implantação do bilinguismo devido à falta de investimento estrutural e pedagógico. Por outro lado se houvesse investimento necessário na formação de profissionais não só no que se refere ao ensino das línguas, mas formações voltadas para toda comunidade escolar possibilitando ao aluno surdo uma inclusão dinâmica e comprometida com o aprendizado consciente no que tange formação de cidadãos aptos para uma vida sem preconceito e autonomia.

REFERÊNCIAS

Alpendre, Elizabeth Vidolin; Azevedo, Hilton José Silva de. **CONCEPÇÕES SOBRE SURDEZ E LINGUAGEM E A APRENDIZAGEM DE LEITURA**. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ Superintendência da Educação Diretoria de Políticas e Programas Educacionais Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE Curitiba, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004,

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002,

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96**. Brasília: MEC, de 20/12/1996,

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Fernandes, Sueli F. **Práticas de letramento na educação bilíngüe para surdos – Curitiba: SEED, 2006.**

CAMPELLO, Ana Regina e Sousa. Deficiência Auditiva e Libras. Centro Leonardo da Vinci - Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2009.x; 124 p. II.

LIMA, Kátia do Socorro Carvalho, **Educação de surdos no contexto amazônico: um estudo da variação linguística na Libras**, Belém, 2009.,

LUSHESI, Maria Regina Chirichella. **Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos** / Ronice Muller de Quadros, Magali L. P. Schmiedt. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999.

_____. Secretaria de Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez. Brasília. MEC, (2007).

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha & Maria Inês da Silva Vieira. **Bilinguismo e Educação de Surdos**. *Revista Intercâmbio*, volume XIX: 62-67, 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x

WITKOSKI, Silvia Andreis. **Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada**. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 42 set./dez. 2009 567